

FPT - OPP - 07 - 045 © Portugal/Educação

“Não há educação neutra”

MOVIMENTO 2/5/77

O educador Paulo Freire
fala de sua experiência educacional
na África, e como elas contribuíram para a descolonização
O Jornal, de Lisboa

P - Para iniciar a nossa conversa, queria pedir-lhe que nos falasse sobre algumas das suas experiências e sobre os princípios subjacentes a todas elas. Gostaríamos que o professor Paulo Freire nos dissesse alguma coisa sobre a última experiência que teve, ou aquelas que considera que devem ser referidas, nos países africanos com independência recente.

R - Em primeiro lugar, talvez fosse interessante, ao falar dessas experiências em países como a Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé, dizer de uma certa satisfação - que é um pouco difícil de ser descrita - por participar com um mínimo no esforço fantástico de reconstrução em que esses povos estão envolvidos. No caso da Guiné-Bissau, há um ano e tanto estamos dando uma contribuição no campo da educação, particularmente no campo da educação de adultos e, neste, inicialmente, no campo da alfabetização.

Essa é uma contribuição que vem sendo dada através do Departamento de Educação do Conselho de Igrejas, que eu trabalho, e do Instituto de Ação Cultural, um instituto privado que existe em Geneve e cujos membros, na sua maioria, são brasileiros. Em Guiné-Bissau e Cabo Verde, trabalhamos juntos como uma equipe bem estruturada em que não há liderança

de um ou de outro. Em S. Tomé e em Angola, trabalhamos exclusivamente Ela e eu. Ela, privadamente, que trabalha também em Guiné-Bissau, e eu através do Conselho Mundial de Igrejas.

Há um outro ponto que talvez fosse bom salientar nessa conversa que estamos começando aqui, que é exatamente a maneira como trabalhamos com esses países, deixando claro, desde o começo, que a nossa colaboração é dada em termos de militância e não em termos de "expertos" internacionais ou de peritos, como se diz em Portugal.

Quer dizer: nunca fomos à Guiné-Bissau ou a algum outro país como S. Tomé ou Angola, como se fôssemos frios, especialistas que levássemos nas nossas "valises" relatórios já acabados antes mesmo de fazer a visita; "valises" com receitas a serem prescritas aos governos que nos convidaram. Pelo contrário, vamos com o espírito de humildade que deve caracterizar uma ação militante, buscando aprender para poder ensinar.

Só a partir de uma busca comum de conhecimento da realidade nacional, em que os nacionais nos ensinam a ver e a ler a sua realidade, é que é possível traduzir a nossa presença em uma colaboração eficiente. Fora disso, seria uma postura neocolonial, colonialista, que nós

rejeitamos totalmente. Não aceitamos também que, enquanto educadores, sociólogos, seja o que seja, sejamos especialistas neutros, porque isso não existe.

Não há educação neutra. Por isso mesmo, não há Ministério da Educação neutro. Eu costumo sempre dizer que o educador é um político e um artista, jamais um técnico que usasse luvas e máscara para não se contagiar da realidade com a qual ele deve trabalhar enquanto tal. Assim, foi sem máscaras e sem luvas que nós descemos em África para trabalhar com africanos que também não usam máscaras nem luvas, e que jamais se consideram neutros enquanto ministros da Educação.

É, portanto, como militantes e educadores, e educadores militantes, que nós damos essa contribuição mínima. Mas eu acho que depois desta introdução bem longa, vocês podiam-me fazer perguntas em torno disto ou em torno de outra coisa qualquer.

P - Julgo que há uma questão interessante sobre a qual podemos conversar, e que são os problemas novos que lhe trouxe o trabalho em África em relação a outras experiências que tenha já desenvolvido, devido principalmente à diferença entre a língua materna das popu-



Paulo Freire

lações e a utilização do português como meio de transmissão de grafia e, até, de comunicação entre as pessoas.

R - Eu acho que para responder à tua pergunta que, no fundo, suscita uma série de aspectos e de problemas, a primeira afirmação que eu faria - tentando apanhar alguns desses aspectos - seria a seguinte: as experiências não se transplantam, se reinventam. Assim, na medida em que as experiências se reinventam em lugar de serem transplantadas, evidentemente que a reinvenção implica necessariamente um aprendizado novo, quer dizer, aprender novamente.

A realidade da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de Angola, no meu caso particular, me ensina uma série de aspectos, me desafia constantemente na medida mesmo em que jamais eu pensei que fosse possível transplantar para esses países, para esses contextos, as experiências que eu tive no Brasil. Haveria vários ângulos a ser focados nesse aprendizado. Mas o que toca aí um problema muito importante que é exatamente o problema da língua.

É interessante, por exemplo, observar como, na Guiné e em S. Tomé, o conceito de alfabetização em português, e os grupos de alfabetizando debatem, decodificam a codificação de ordem técnica. Em última análise, debatem, em língua "crioula" e, depois, escrevem em português. Na verdade, esse é um problema que eu considero muito sério e que os nacionais também assim consideram. É o problema da língua e, o problema da linguagem enquanto estrutura do pensamento. Eu, particularmente, estou totalmente convencido que um povo sela a sua libertação na medida em que ele reconquista a sua palavra, o que vale dizer, a sua língua, a sua maneira de expressar-se e expressar seu mundo, a sua forma de estar sendo, a sua forma de estar pensando - ou estar a pensar.

Por isso, o problema da língua é um problema que se põe a qualquer movimento de libertação desde o começo; e eu tenho a impressão de que, cedo ou tarde, nesses países, se chegará ao momento de uma eleição, a eleição da língua nacional, de que resultará no meu entender que o português, a língua portuguesa africanizada - e inclusive não africanizada, mas o português - passaria a ser assim uma espécie de segunda língua nacional. Isso é um problema que levaria um pouco de tempo, obviamente.

continua na página seguinte

A reprodução da ideologia das classes dominantes

P - Eu gostaria de levantar um outro problema que há pouco se pôs, e que se relaciona com a alfabetização que não apresenta esses problemas linguísticos, por exemplo, a alfabetização num país com uma única língua quando a alfabetização é feita na língua desse país, como seja o caso de Portugal ou do Brasil (se não falarmos aqui das línguas indígenas de pequenas comunidades índias). No que respeita a Portugal, gostaria de relacionar esse problema com o da educação e com o que você disse a propósito da não neutralidade de qualquer Ministério da Educação. Isso é um problema que se põe para qualquer país, não só um país de independência recente, não só um país que tenha esses problemas linguísticos, mas qualquer país. A educação é sempre um problema político.

R - Claro!

P - Gostaria ainda que relacionasse o seu conceito de alfabetização, portanto, a consciência que os indivíduos alfabetizados vão tendo dos seus próprios problemas, com a consciência que se pode dar também às crianças na educação, do seu papel na sociedade, visto que me parece igualmente possível estabelecer essa relação. E de passagem, talvez fosse bom definir o que entende por alfabetização, porque, nesse campo, nem toda a gente está de acordo. Inclusive, a alfabetização pode ser aproveitada de muitas formas, até para ser posta ao serviço de uma sociedade mantendo o "status quo" com as diferenças sociais existentes. Pelo contrário, ela pode ser entendida como um instrumento de conscientização de uma classe...

R - Exato! A sua pergunta coloca precisamente a inviabilidade da educação neutra. Eu acho estranho quando alguém põe dúvidas sobre uma coisa tão óbvia. É incrível, para mim, discutir a politicidade da educação. Acho isso uma coisa tão óbvia quanto é óbvio que eu esteja aqui agora falando.

Eu não devo ter que fazer muito esforço para provar que estou sentado nesta sala, é evidente. E é assim também a evidência do aspecto político da educação. Até que eu não digo bem quando digo "o aspecto político da educação". A educação é um ato político. É porque ela é um ato político, não há que falar de aspecto político, porque ela é toda política.

Ora, quando a gente fala, por exemplo, em educação para a libertação é porque a gente reconhece que falta liberdade. Quer dizer, como se poderia definir a educação para a libertação se você não reconhecesse o oposto disso? Ela se define, se reconhece pelo seu contrário. A forma como se coloca a questão enfatiza uma

vez mais esta coisa óbvia: que não há educação neutra, como não há alfabetização neutra, na medida em que a alfabetização é educação.

Evidentemente, do ponto de vista dos interesses da classe dominante numa sociedade de classes, a alfabetização, como a educação em geral, não pode ser outra coisa senão um instrumento de reprodução da ideologia das classes dominantes. Deste ponto de vista, a alfabetização de adultos não pode ultrapassar o *ba, be, bi, bo, bu, o ta, te, ti, to, tu, o la, le, li, lo, lu*, quer dizer, a memorização mecânica que se serve de letras, de palavras e de textos.

O que importa à alfabetização de adultos, numa sociedade de classes, quando as classes dominantes (que têm razões que não interessa aqui discutir e que variam no tempo e no espaço) necessitam de introduzir as classes dominadas no chamado "mundo das letras", é abrir as portas desse mundo às classes dominadas mas de tal forma que, ao entrar nele, as classes dominadas entrem tanto quanto possível neutras, isto é, sem a possibilidade de desenvolver, ou pelo menos de colocar-se a si a questão da sua classe.

P - E, portanto, mais uma vez postas ao serviço da classe dominante para uma maior rentabilidade...

R - O que as classes dominantes propõem é que as classes dominadas leiam histórias alienadas, para me-

lhor se adaptarem à realidade em cujo processo as classes dominadas ajudam as classes dominantes a preservar o "status quo"; e inclusive, o que também está-se provando hoje é que as classes dominantes nem sequer precisam muito de estar fazendo essa introdução às letras.

É um mito essa história de se dizer que nas sociedades tecnológicas (ou tecnologicizadas) a classe operária precisa de capacidade. Pelo contrário, o que investigações recentes provaram é que quanto mais tecnologicizada é uma sociedade, tanto menos saber tem a classe operária. Há hoje investigações nos E.U.A., por exemplo, que mostram que grandes empresas norte-americanas capacitam quadros, mão-de-obra, em duas horas. De maneira que isso é um mito e não há interesse em fazê-lo. Agora, de um ponto de vista revolucionário, pelo contrário, o que importa a uma vanguarda revolucionária é convidar a classe operária, não para ser adestrada em técnicas com que aumente a produção apenas, mas sobretudo convidar a classe operária a refletir sobre o próprio processo de produção, tendo no processo de produção a fonte do conhecimento não só de si mas de tudo o que a ele está ligado (e é muito difícil encontrar-se alguma coisa que não esteja ligada ao processo de produção).

Num país como Portugal, isso é uma questão de opção política. O problema se coloca aqui como se coloca em qualquer sociedade, e o Ministério da Educação de Portugal não pode ser um ministério neutro, por mais que o diga (não sei se diz, mas se o diz não é, evi-

dentemente, porque não pode ser). Isto não é uma questão de definição de ninguém; ninguém e proprietário da neutralidade. Simplesmente, é um fato.

Para alfabetizar é preciso conhecer as comunidades

P - Supondo que em tudo o que disse está explícito e implícito que é importante o respeito pelas culturas próprias, quer seja a nível de toda uma nação, quer seja a nível das pequenas comunidades locais que têm as suas características específicas ainda que dentro de um país bastante homogêneo como por exemplo o nosso. E isso significará também o respeito pelos valores herdados, pelos valores da tradição. O problema torna-se difícil de resolver quando se pretende contrabalançar (ou conjugar) este respeito por esses aspectos, com um esclarecimento sobre os problemas das pessoas e simultaneamente com um alargamento do seu universo, uma integração nos problemas mais gerais. Creio que essa necessária conjugação representa uma das maiores dificuldades. O desrespeito pelas comunidades locais tem sido mesmo a causa do fracasso de algumas iniciativas de "cursos" de alfabetização, porque já tivemos entre nós tentativas de alfabetização que por vezes não resultaram por existir um completo desconhecimento da comunidade que se ia alfabetizar.

Isso chega até a pôr um problema antropológico de conhecimento da cultura popular e, ao mesmo tempo, da cultura de um país com comunidades diversas.

R - Exato! Evidentemente que, na medida em que o educador é um político, um artista, ele tem que estar claro em relação à sua opção política, e essa é a razão pela qual, por exemplo, em seminários jamais eu dei ênfase a técnicas e métodos; pelo contrário, o que eu busco enfatizar é exactamente o político a educação como ato político, como ato de conhecimento. E por isso mesmo que, enquanto um militante, por exemplo, um educador, tem de fazer sua opção, que ele precisa classificar cada vez mais através da sua prática e de reflexão sobre a sua prática, porque é pensando a prática que se pensa melhor; é pensando a prática que se aprende a pensar certo. Ele se defronta com um grupo de alfabetizando de uma certa comunidade, de um certo local cuja cultura, cujos níveis de percepção ele deve respeitar. E nas suas relações com diferentes grupos de alfabetizando (para falar só em alfabetizando), ele se defronta imediatamente com um problema que tem duas faces. De um lado, em nome do respeito ao grupo de alfabetizando, ele pode cair numa posição falsa, a que eu chamaria de *espontaneísta*. O espontaneísmo, em última análise, seria deixar que as coisas corram para ver como é que elas correm, ou deixar que as massas fiquem entregues a elas mesmas. E o que se tem provado na história é que espontaneísmo só tem ajudado, até hoje a direita. O outro risco do mesmo problema é a *domesticação, a manipulação, o voluntarismo manipulador*, quer dizer, o educador (que no caso pode ser também um líder de um movimento, um militante de um movimento que, como educador, *deve e tem de ser* um militante) dirá a si mesmo: "Não! Mas eu tenho objetivos bem claros. E se esta massa incapaz não pode ver, prever e antever, eu vejo, prevejo e antevejo, e então eu a dirijo para a sua libertação". Isso é uma forma messiânica, de messianismo que para mim não é revolucionária.

Bom, o problema que se coloca ao educador como uma vanguarda enquanto educador é, de um lado, o de recusar o espontaneísmo duramente, recusar conscientemente, criticamente, do outro não descambar para as formas manipuladoras. É interessante notar como Amílcar Cabral jamais se deixou tentar por uma ou por outra dessas formas. Amílcar jamais foi um espontaneísta, jamais foi um manipulador. Amílcar, realmente, conviveu com as massas. Quer dizer, estabeleceu uma tal unidade entre vanguarda e massas que implicou em estar sempre *com* elas, nunca *sobre* elas, nunca *para* elas, mas sempre *com* elas. É a única forma de você trabalhar *para*, é trabalhar *com*. Se você trabalhar apenas *para*, você termina trabalhando *sobre*. E trabalhando *sobre*, vocês trabalham *anti* e não *para*. É uma coisa aparentemente confusa, parece até "Cantinflas"... mas não é.

É que a única maneira de trabalhar para as massas é trabalhar com elas. Como a única forma de *ficar com elas*, é *sair*. Eu só fico na medida em que saio, isto é, eu só fico na medida em que não imponho a minha presença, mas em que ela se impõe através de uma prática que se realiza com as massas, e no caso dos alfabetizando com eles. Agora, evidentemente que isso às vezes não é muito fácil, porque inclusive nós todos temos uma série de desvios, de distorções.

P - Como se inserir dentro das massas?

R - A única forma em que eu acho que é possível é *inserir-se nas massas*, e até cometendo erros; é *inserir-se*, entende? Quer dizer, uma vez mais a gente tem de voltar a Amílcar...

P - E correr o risco...

R - Exato. E quando Amílcar dizia: "A única possibilidade que tem a pequena burguesia intelectual de dar uma contribuição ao movimento de libertação é de ter a coragem de suicidar-se, matar-se, para renascer como trabalhador revolucionário", isso ele fez. Experimentou-o na maior radicalidade possível. Ele realmente morreu e renasceu. Ele se reafirmou com as massas do seu país e da África.